

**DEBATE NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO**  
**“Como vamos melhorar a educação nos próximos anos?”**  
**Área: “Qualidade e Equidade na Educação”**

**Depoimento da Associação Portuguesa de Professores de Inglês,  
APPI**

O objectivo singular deste debate é o de identificar as prioridades e as linhas estratégicas para a educação. Tal objectivo é fundamentado e sustentado por um conjunto de valores que se deseja sejam assumidos por todos, e que orientam a educação na escola. Que valores? Recorrentemente actuais são o desenvolvimento global dos alunos (espiritual, intelectual, cívico, social, físico e cultural); o reconhecimento da sua diversidade e dignidade e a consequente provisão da igualdade de oportunidades para todos; o trabalho colectivo para a construção de uma democracia real, um desenvolvimento sustentável e uma economia produtiva, para e com os cidadãos e não contra os cidadãos; a sua responsabilização cívica na observância da verdade, da justiça, da honestidade e do dever; a flexibilidade necessária para responder positivamente aos desafios do mundo em que vivemos e trabalhamos, sujeito a mudança como resultado do processo imparável da globalização, e da expansão das tecnologias de comunicação.

Para que a escola possa responder, de uma forma consequente, à promoção destes valores, é indispensável, repete-se, que haja consenso entre os diversos parceiros quanto a estes valores: a própria escola, a tutela, as famílias e a comunidade em geral. A maior ou menor capacidade de, concertadamente, respondermos, todos, à promoção destes valores na escola, abraçando-os ou subvalorizando-os, afecta, positiva ou negativamente, as prioridades e as linhas estratégicas para a educação.

**Questão 1: Que saberes, que competências lhe parece que serão necessários aos cidadãos do século XXI?**

[Pontos prévios: a) A resposta à questão na área específica da APPI - o Inglês - é dada na Questão 2; b) por limitação de espaço, são apresentadas, sumariamente, apenas algumas competências, enquanto outras são enunciadas somente]

Entendendo por “competências” uma integração de conhecimentos (conceitos, fórmulas, terminologias, etc., e, também, rotinas, de importância crítica), juntamente com aptidões e atitudes, que é necessária para a realização de um objectivo de natureza pessoal e social, responde-se a esta questão articulando as competências com o que se considera aprendizagens essenciais. São elas: a comunicação em língua materna, o que implica promover nos alunos, em todas as áreas disciplinares, a compreensão das exigências da língua, porque instrumento de comunicação do pensamento nestas áreas

específicas, e reconhecer o conhecimento e o uso rigoroso da língua como central à sua aprendizagem; a competência matemática e a competência científica; a competência na utilização das tecnologias de informação e comunicação; a competência de aprender a aprender; a competência interpessoal, intercultural e social; a competência de resolver problemas, através da análise de uma situação, da planificação, organização e execução de uma tarefa, e da análise e avaliação do trabalho desenvolvido.

**Questão 2: Que saberes, que competências lhe parece importante os alunos dominarem no final da escolaridade obrigatória no que respeita à sua disciplina/área disciplinar?**

Qualquer língua tem atrás de si uma história longa, uma cultura e uma literatura próprias. Aprender uma língua significa familiarizar-se e apropriar-se do seu funcionamento ao nível do vocabulário, da gramática, das tipologias de interacção verbal e de registos de linguagem; também, das convenções sociais e das variantes nacionais dessa língua. Significa, ainda e não menos importante, conhecer aspectos culturais - de Cultura património e cultura do quotidiano - e dos autores e da literatura escrita nessa língua. No final da escolaridade obrigatória, os alunos deverão ter desenvolvido a sua competência de comunicação em Inglês ao nível B1 do “Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas”, do Conselho da Europa. Assim, e em síntese, deverão, nas áreas de

- compreender - ouvir / ver / ler textos orais e audiovisuais de natureza diversificada,
- interagir - ouvir / falar e ler / escrever em situações de comunicação diversificada,
- produzir - falar / produzir e escrever / produzir textos correspondendo a necessidades específicas de comunicação,

no contexto de aspectos relativos ao quotidiano dos alunos, sobre assuntos de âmbito geral ou da actualidade, implicando textos pessoais e sobre assuntos conhecidos e do seu interesse, em narrativas, descrições, exposição de informação e pontos de vista.

Os alunos deverão, também, ter desenvolvido a competência de saber aprender, através da apropriação, de iniciativa pessoal ou assistida, de estratégias e procedimentos adequados às necessidades de aprendizagem próprias.

A aprendizagem de línguas estrangeiras, em geral, proporciona aos alunos uma apreciação das diferenças e da diversidade culturais e, justificadamente, uma competência acrescida na sua própria língua, o despertar de um interesse e uma curiosidade pelas línguas e pela comunicação entre povos e culturas. O acesso responsável à aquisição da competência em línguas e da compreensão entre culturas, na sociedade do conhecimento do século XXI, não pode ser relegado para o segundo plano das aprendizagens essenciais, porque conhecer línguas e usar as competências que lhe estão associadas são instrumentais para a

interpretação da realidade e a aproximação dos povos, não são nem um extra nem um adorno na promoção da qualidade da cidadania.

Por isso não se compreende que, por um lado, o tempo de ensino e aprendizagem disponíveis para as línguas estrangeiras no currículo escolar português seja quase residual e no sentido contrário a todas as recomendações emanadas das instituições da União Europeia! Por outro lado, a APPI não aprova o carácter extra-curricular do Inglês no 1º Ciclo do Ensino Básico, iniciado em 2005, com o reconhecimento, formalmente assumido pelo legislador, de que se trata de uma língua de aprendizagem fundamental desde cedo. Com efeito, as implicações, reais e simbólicas, da presença do Inglês na escola do 1º Ciclo mas não no currículo, e sujeito a frequência facultativa, além de outros aspectos que, também, têm sido objecto de crítica da APPI, não se ajustam a esse reconhecimento nem tão-pouco promovem a necessidade autêntica do ensino e da aprendizagem formais do Inglês junto dos alunos, na escola, nas famílias e na comunidade.

Os saberes, as competências a dominar no final da escolaridade obrigatória deverão ser objecto de avaliação nacional em dois momentos do percurso escolar: um no 4º ano do 1º Ciclo ou no 6º ano do 2º Ciclo; outro, que deve continuar, no 9º ano do 3º Ciclo do Ensino Básico. A avaliação consciencializa os alunos da existência de metas a ultrapassar, gradualmente, com trabalho e método; ajuda-os a organizar as aprendizagens; familiariza-os com a vida activa em que a prestação de contas é um factor de progresso das empresas e um dever dos cidadãos.